

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês  
CAPÍTULO 5**

**ADMINISTRAÇÃO ALFANDEGÁRIA E FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO**

**Artigo 5.1: Procedimentos aduaneiros e facilitação do comércio**

Cada Parte deverá garantir que seus procedimentos aduaneiros sejam aplicados de maneira previsível, coerente e transparente.

**Artigo 5.2: Cooperação aduaneira**

1. Com vistas a facilitar a operação efetiva deste Acordo, cada Parte deverá:
  - (a) incentivar a cooperação com as outras Partes em questões aduaneiras importantes que afetem mercadorias comercializadas entre as Partes; e
  - (b) empenhar-se para notificar antecipadamente cada Parte sobre qualquer mudança importante de caráter administrativo, modificação de lei ou regulamentação ou medida semelhante relacionada com suas leis ou regulamentações que regem importações ou exportações, passíveis de afetar substancialmente a operação deste Acordo.
2. Cada Parte deverá, de acordo com sua legislação, cooperar com as outras Partes por meio do compartilhamento de informações e outras atividades, conforme apropriado, para cumprir suas respectivas leis e regulamentações referentes a:
  - (a) implementação e operação das disposições deste Acordo relativas a importações ou exportações, inclusive reivindicações de tratamento tarifário preferencial, procedimentos para apresentar reivindicações de tratamento tarifário preferencial e verificação de procedimentos;
  - (b) implementação, aplicação e operação do Acordo de Valoração Aduaneira;
  - (c) restrições ou proibições relativas a importações ou exportações;
  - (d) investigação e prevenção de infrações aduaneiras, inclusive evasão fiscal e contrabando; e
  - (e) outras questões aduaneiras que as Partes possam decidir.
3. Se uma Parte tiver suspeita razoável de atividade contrária às suas leis ou regulamentações sobre importações, poderá pedir que a outra Parte forneça informações confidenciais específicas, normalmente obtidas em conexão com a importação de mercadorias.
4. Se alguma Parte apresentar uma solicitação nos termos do parágrafo 3, deverá:
  - (a) fazê-lo por escrito;
  - (b) especificar o motivo pelo qual a informação é solicitada; e

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

- (c) identificar a informação solicitada com suficiente especificidade para que a outra Parte localize e forneça a informação.

5. A Parte à qual é solicitada a informação nos termos do parágrafo 3, deverá, de acordo com sua legislação e quaisquer acordos internacionais pertinentes pelos quais se constitui como Parte, fornecer uma resposta por escrito contendo a informação solicitada.

6. Para efeitos do parágrafo 3, “uma suspeita razoável de atividade ilícita” significa uma suspeita com base em informação factual pertinente, obtida de fontes públicas ou privadas, envolvendo uma ou mais das seguintes condições:

(a) evidência histórica de não cumprimento de leis ou regulamentações que regem importações por parte de um importador ou exportador;

(b) evidência histórica do não cumprimento de leis ou regulamentações que regem importações por parte de um fabricante, produtor ou outra pessoa envolvida na movimentação de mercadorias do território de uma Parte para o território de outra Parte;

(c) evidência histórica do não cumprimento de leis ou regulamentações que regem importações por alguma ou todas as pessoas envolvidas na movimentação de mercadorias de um determinado setor produtivo do território de uma Parte para o território de outra Parte; ou

(d) outra informação que a Parte solicitante e a Parte à qual é solicitada a informação concordem que seja suficiente no contexto de uma determinada solicitação.

7. Cada Parte deverá se empenhar para fornecer à outra Parte qualquer outra informação que possa ajudar essa Parte a determinar se as importações dessa Parte, ou as exportações para ela, estão em conformidade com as leis ou regulamentações da Parte receptora que regem as importações, em especial aquelas relacionadas com atividades ilícitas, inclusive contrabando e outras infrações semelhantes.

8. Para facilitar o comércio entre as Partes, a Parte que receber uma solicitação deverá se empenhar para fornecer à Parte que apresentou a solicitação consultoria e assistência técnica com o objetivo de:

- (a) desenvolver e implementar melhores práticas e técnicas de gestão de riscos aperfeiçoadas;
- (b) facilitar a implementação de normas internacionais de cadeia de fornecimento;
- (c) simplificar e aperfeiçoar os procedimentos para liberação aduaneira de mercadorias em tempo hábil e de modo eficiente;
- (d) desenvolver a capacidade técnica do pessoal da alfândega; e

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

- (b) aperfeiçoar o uso de tecnologias que possam levar ao melhor cumprimento das leis e regulamentações que regem as importações da Parte solicitante.

9. As Partes deverão se esforçar para estabelecer ou manter canais de comunicação para a cooperação aduaneira, inclusive por meio do estabelecimento de pontos de contato que facilitem a troca rápida e segura de informações e melhore a coordenação de questões de importação.

**Artigo 5.3: Resoluções antecipadas**

1. Cada Parte emitirá, antes da importação de uma mercadoria de uma Parte para seu território, uma resolução antecipada por escrito mediante um pedido por escrito de um importador em seu território, ou de um exportador ou produtor no território de outra Parte<sup>1</sup>, referente a<sup>2</sup>:

- (a) classificação tarifária;
- (b) aplicação de critérios de valoração aduaneira para um determinado caso, em conformidade com o Acordo de Valoração Aduaneira;
- (c) se uma mercadoria é originária, de acordo com o Capítulo 3 (Regras de Origem e Procedimentos de Origem); e
- (d) outras questões aduaneiras da mesma espécie que as Partes possam decidir.

2. Cada Parte emitirá uma resolução antecipada o mais rápido possível e em nenhum caso ultrapassando 150 dias a contar do recebimento da solicitação, desde que o solicitante tenha apresentado todas as informações que a Parte recebedora exige para preparar a resolução antecipada. Isso inclui uma amostra da mercadoria para a qual o solicitante está pedindo uma resolução antecipada, caso seja solicitada pela Parte recebedora. Ao emitir uma resolução antecipada, a Parte deverá levar em conta os fatos e as circunstâncias que o solicitante apresentou. Para maior certeza, a Parte poderá se recusar a emitir uma resolução antecipada se os fatos e as circunstâncias que formam a base da resolução antecipada estiverem sujeitos à revisão judicial ou administrativa. A Parte que se recusar a emitir uma resolução antecipada notificará prontamente o solicitante por escrito, esclarecendo os fatos e as circunstâncias pertinentes e a base para sua decisão de não emitir a resolução antecipada.

---

<sup>1</sup> Para maior certeza, um importador, exportador ou produtor poderá apresentar uma solicitação de resolução antecipada por meio de representante devidamente autorizado.

<sup>2</sup> Para maior certeza, não se poderá exigir que uma Parte forneça uma resolução antecipada quando não mantiver medidas do tipo sujeitas à solicitação de resolução.

3. Cada Parte garantirá que suas resoluções antecipadas entrarão em vigor na data de sua emissão ou em outra data especificada na resolução, e que permanecerão em vigor por pelo menos três anos, desde que a legislação e os fatos e as circunstâncias em que se baseiam a resolução permaneçam inalterados. Caso a legislação de uma Parte determine que uma resolução antecipada perderá o efeito após um período de tempo determinado,

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

essa Parte deverá se empenhar para desenvolver procedimentos que permitam ao solicitante renovar a resolução prontamente antes que perca o efeito, em situações nas quais a legislação, os fatos e as circunstâncias em que se baseiam a resolução permanecem inalterados.

4. Após emitir uma resolução antecipada, a Parte poderá modificá-la ou revogá-la caso haja uma mudança na legislação, nos fatos ou nas circunstâncias em que se baseiam a resolução, a resolução tenha sido baseada em informações falsas ou imprecisas ou se a resolução estiver errada.

5. Uma Parte poderá aplicar uma modificação ou revogação nos termos do parágrafo 4 após notificação da modificação ou revogação e esclarecimento dos motivos das mesmas.

6. Nenhuma Parte aplicará uma revogação ou modificação retroativamente em detrimento do solicitante, a menos que a resolução tenha se baseado em informações falsas ou imprecisas fornecidas pelo solicitante.

7. Cada Parte deverá assegurar o acesso dos solicitantes à revisão administrativa de resoluções antecipadas.

8. Sujeito a qualquer exigência de confidencialidade em sua legislação, cada Parte deverá empenhar-se em tornar públicas suas resoluções inclusive on-line.

**Artigo 5.4: Resposta a solicitações de consultoria ou informações**

A pedido de um importador em seu território, ou de um exportador ou produtor no território da outra Parte, uma Parte deverá prestar prontamente consultoria ou dar informações pertinentes aos fatos contidos na solicitação sobre:

- (a) requisitos de qualificação de cotas, como cotas de alíquota tarifária;
- (b) aplicação de restituição, diferimento ou outros tipos de alívio que reduzam, reembolsem ou dispensem encargos aduaneiros;
- (c) requisitos de elegibilidade de mercadorias de acordo com o Artigo 2.6 (Mercadorias reimportadas depois de reparadas e alteradas);
- (d) marca de país de origem, se for um pré-requisito para a importação; e
- (e) outras questões que as Partes possam decidir.

**Artigo 5.5: Revisão e apelação**

1. Cada Parte deverá assegurar que qualquer pessoa a quem emita uma determinação<sup>3</sup> sobre assunto aduaneiro tenha acesso a:

- (a) revisão administrativa da determinação, independentemente<sup>4</sup> do empregado ou escritório que emitiu a determinação; e

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**  
(b) revisão judicial da determinação<sup>5</sup>.

2. Cada Parte deverá assegurar que a autoridade que conduz a revisão nos termos do parágrafo 1 notifique por escrito às partes envolvidas na matéria de sua decisão e dos motivos da decisão. Uma Parte poderá exigir a apresentação de uma solicitação como condição para informar os motivos de uma decisão na revisão.

**Artigo 5.6: Automatização**

1. Cada Parte deverá:

- (a) empenhar-se para usar padrões internacionais com relação aos procedimentos para a liberação de mercadorias;
- (b) tornar os sistemas eletrônicos acessíveis aos usuários da alfândega;
- (c) empregar sistemas eletrônicos e automatizados para análise de risco e determinação de objetivos;
- (d) empenhar-se para implementar normas comuns e elementos sobre dados de importação e exportação de acordo com o Modelo de Dados da Organização Mundial de Aduanas (OMA);
- (e) levar em consideração, conforme apropriado, os padrões da OMA, as recomendações, os modelos e os métodos desenvolvidos pela OMA ou pela Apec; e
- (f) trabalhar com o objetivo de desenvolver um conjunto de elementos de dados comuns baseado no Modelo de Dados da OMA e nas recomendações da OMA, bem como nas diretrizes para facilitar o compartilhamento eletrônico de dados entre governos para fins de análise dos fluxos de comércio.

2. Cada Parte deverá se empenhar para providenciar um recinto que permita aos importadores e exportadores preencher eletronicamente os requisitos padronizados de importação e exportação em um único ponto de entrada.

---

<sup>3</sup> Para efeito deste artigo, se uma determinação for feita pelo Peru, significa um ato administrativo.

<sup>4</sup> O nível de análise administrativa pode incluir qualquer autoridade que supervisione administração alfandegária.

<sup>5</sup> Brunei Darussalam poderá cumprir este parágrafo estabelecendo ou mantendo um órgão independente para fazer uma revisão imparcial da determinação.

**Artigo 5.7: Cargas expressas**

1. Cada Parte adotará ou manterá procedimentos aduaneiros de agilização para cargas expressas mantendo ao mesmo tempo seleção e controle aduaneiros apropriados. Esses procedimentos deverão:

- (a) garantir que as informações necessárias à liberação de uma carga expressa sejam fornecidas e processadas antes de sua chegada;

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

- (b) permitir que as informações englobando todas as mercadorias contidas em uma carga expressa sejam fornecidas em um único documento, como um manifesto, sempre que possível, via meios eletrônicos;<sup>6</sup>
- (c) na medida do possível, providenciar a liberação de determinadas mercadorias com um mínimo de documentos;
- (d) em circunstâncias normais, garantir a liberação da carga expressa no prazo de seis horas após a apresentação dos documentos alfandegários necessários, desde que a carga tenha chegado;
- (e) aplicar-se a cargas de qualquer peso ou valor reconhecendo que uma Parte poderá exigir procedimentos formais de entrada como condição para liberação, inclusive declaração e documentação comprobatória e pagamento de taxas aduaneiras, com base no peso ou no valor da mercadoria; e
- (f) garantir que, em circunstâncias normais, nenhuma taxa aduaneira seja aplicada a cargas expressas avaliadas em um montante fixado nos termos da legislação da Parte, ou inferior a esse montante.<sup>7</sup> Cada Parte deverá rever periodicamente o montante levando em conta fatores que podem ser relevantes, como taxas de inflação, efeito sobre a facilitação do comércio, impacto sobre a gestão de riscos, custo administrativo da cobrança de encargos em comparação com o valor dos encargos, custo das transações comerciais entre fronteiras, impacto sobre empresas de pequeno e médio porte (PMEs) ou outros fatores relacionados com a cobrança de encargos aduaneiros.

2. Se uma Parte não der o tratamento previsto no parágrafo 1(a) a (f) para todas as cargas, essa Parte providenciará um procedimento aduaneiro separado<sup>8</sup> e ágil que dê conta do tratamento de cargas expressas.

---

<sup>6</sup> Para maior certeza, documentos adicionais podem ser solicitados como condição para a liberação.

<sup>7</sup> Não obstante este Artigo, uma Parte poderá aplicar encargos aduaneiros ou exigir documentos formais de entrada para mercadorias restringidas ou controladas, como mercadorias sujeitas a licença de importação ou exigências semelhantes.

### **Artigo 5.8: Multas**

1. Cada Parte adotará ou manterá medidas que permitam a aplicação de uma multa pela administração alfandegária da Parte em caso de violação de suas leis, regulamentações ou exigências procedimentais aduaneiras, inclusive aquelas que regem a classificação de tarifas, valorização aduaneira, país de origem e reivindicações de tratamento preferencial nos termos deste Acordo.

2. Cada Parte garantirá que a multa imposta por sua administração alfandegária em razão de uma violação de lei, regulamentação ou exigência procedimental aduaneira seja imposta unicamente sobre a pessoa legalmente responsável pela infração.

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

3. Cada Parte garantirá que a multa imposta por sua administração alfandegária dependa dos fatos e das circunstâncias<sup>9</sup> do caso e seja proporcional ao grau e gravidade da infração.
4. Cada Parte manterá medidas para evitar conflitos de interesse na determinação e cobrança de multas e encargos. Nenhuma parcela da remuneração de um funcionário do governo deverá ser calculada como parcela fixa ou porcentagem de quaisquer multas ou encargos determinados ou cobrados.
5. Cada Parte garantirá que se uma multa for imposta por sua administração alfandegária em razão de violação de lei, regulamentação ou exigência procedimental aduaneira, uma explicação por escrito seja entregue à pessoa sobre a qual recai a penalidade especificando a natureza da infração e a lei, a regulamentação ou o procedimento usado para determinar o montante da multa.
6. Caso uma pessoa revele voluntariamente à administração alfandegária de uma Parte as circunstâncias de uma violação de lei, regulamentação ou exigência procedimental aduaneira antes da descoberta da infração pela administração alfandegária, a administração alfandegária da Parte deverá, se apropriado, considerar esse fato como possível fator atenuante quando uma multa for determinada para essa pessoa.
7. Cada Parte disporá em suas leis, regulamentações ou procedimentos, ou fará aplicar de outro modo, um prazo fixo e delimitado durante o qual sua administração alfandegária possa iniciar procedimentos<sup>10</sup> para impor uma multa relacionada com uma violação de lei, regulamentação ou exigência procedimental aduaneira.
8. Não obstante o parágrafo 7, uma administração alfandegária pode impor, fora do período delimitado e fixo, uma multa que esteja de acordo com procedimentos judiciais ou administrativos de tribunais.

---

<sup>8</sup> Para maior certeza, “separado” não significa instalação ou faixa específicas.

<sup>9</sup> Fatos e circunstâncias serão estabelecidos objetivamente de acordo com a legislação de cada Parte.

<sup>10</sup> Para maior certeza, “procedimentos” significam medidas administrativas adotadas pela administração alfandegária e não inclui procedimentos judiciais.

**Artigo 5.9: Gestão de riscos**

1. Cada Parte adotará ou manterá um sistema de gestão de riscos para avaliação e determinação de objetivo que permita à sua administração alfandegária concentrar suas atividades de inspeção nas mercadorias de alto risco e simplifique a liberação e a movimentação das mercadorias de baixo risco.
2. Para facilitar o comércio, cada Parte revisará e atualizará periodicamente, conforme apropriado, o sistema de gestão de riscos especificado no parágrafo 1.

**Artigo 5.10: Liberação de mercadorias**

1. Cada Parte adotará ou manterá procedimentos aduaneiros simplificados para a liberação eficiente de mercadorias com vistas a facilitar o comércio entre as Partes. Este

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

parágrafo não exigirá que uma Parte libere uma mercadoria se suas exigências para liberação não tiverem sido cumpridas.

2. De acordo com o parágrafo 1, cada Parte adotará ou manterá procedimentos que:

(a) garantam a liberação de mercadorias dentro de um período não superior ao exigido para garantir conformidade com as leis aduaneiras e, na medida do possível, dentro de 48 horas a partir da chegada das mercadorias;

(b) garantam o fornecimento e o processamento eletrônico de informações aduaneiras antes da chegada das mercadorias para agilizar a liberação das mercadorias do controle aduaneiro logo que cheguem;

(c) permitam que as mercadorias sejam liberadas no ponto de chegada sem transferência temporária para armazéns ou outras instalações; e

(d) permitam ao importador obter a liberação das mercadorias antes da determinação final de encargos, taxas e impostos aduaneiros pela administração alfandegária da Parte importadora quando estas não forem determinadas antes ou imediatamente depois de sua chegada, desde que a mercadoria seja passível de liberação e qualquer garantia exigida pela Parte importadora tenha sido apresentada ou um pagamento sob protesto, se exigido por uma Parte, tenha sido feito. Pagamento sob protesto compreende o pagamento de encargos, impostos e taxas se o montante estiver em disputa e houver procedimentos disponíveis para resolver a disputa.

3. Se uma Parte permite a liberação de mercadorias com base em uma garantia, ela deverá adotar ou manter procedimentos que:

(a) garantam que o montante da garantia não seja maior superior ao exigido para assegurar que as obrigações decorrentes da importação de mercadorias sejam cumpridas;

(b) assegurem que a garantia será dispensada tão logo quanto possível desde que a administração alfandegária considere que as obrigações decorrentes da importação das mercadorias tenham sido cumpridas; e

(c) permitam aos importadores apresentar garantia usando instrumentos financeiros não monetários e, inclusive, instrumentos que cubram várias entradas no caso apropriado de importadores com frequentes entradas de mercadorias.

**Artigo 5.11: Publicação**

1. Cada Parte publicará, inclusive on-line, suas leis, regulamentações e procedimentos gerais administrativos e diretrizes de caráter aduaneiro, sempre que possível no idioma inglês.

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

2. Cada Parte designará ou manterá um ou mais pontos de consulta para atender pessoas interessadas em matérias aduaneiras e divulgará on-line informações sobre os procedimentos para a realização dessas consultas.
3. Na medida do possível, cada Parte publicará antecipadamente as regulamentações de aplicação geral que regem matérias aduaneiras que pretende adotar e fornecerá às pessoas interessadas a oportunidade de fazer comentários antes que a Parte adote tal regulamentação.

**Artigo 5.12: Confidencialidade**

1. Se uma Parte fornecer informações a outra Parte de acordo com este Capítulo e as designe como informações confidenciais, a outra Parte manterá a confidencialidade das informações. A Parte que fornecer as informações poderá exigir que a outra Parte apresente uma garantia por escrito de que as informações serão mantidas como confidenciais, usadas apenas para as finalidades especificadas na solicitação das informações feita pela outra Parte e que não as divulgará sem a autorização específica da Parte que forneceu as informações ou da pessoa que forneceu as informações a essa Parte.
2. Uma Parte poderá se negar a fornecer as informações solicitadas pela outra Parte se esta Parte não agiu em conformidade com o parágrafo 1.
3. Cada Parte adotará ou manterá procedimentos de proteção contra a divulgação não autorizada de informações confidenciais fornecidas de acordo com a administração das leis aduaneiras da Parte, inclusive informações cuja divulgação poderia prejudicar a posição de competitividade da pessoa que forneceu as informações.